



**Estratégia**  
Concursos



# Estratégia

Concursos



# COMEÇANDO DO ZERO PM CEARÁ



@adrianefauth



Profa. Adriane Fauth



@FauthAdriane



Adriane Fauth



Prof. Adriane Fauth

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL:

1. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais e direitos políticos.
2. Organização do Estado: organização político-administrativa; União; Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.
3. Poder Legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal; parlamentares federais, estaduais e municipais.
4. Poder Executivo: atribuições do Presidente da República e dos Ministros de Estado.
5. Poder Judiciário: disposições gerais e Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
6. Funções essenciais à justiça: Ministério Público, advocacia e Defensorias Públicas. Conceito e fundamentação.



# ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Prof. Adriane Fauth

# FEDERALISMO NO BRASIL

*Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.*

*§ 1º Brasília é a Capital Federal.*



# AUTONOMIA POLÍTICA

	AUTO-ORGANIZAÇÃO	AUTOGOVERNO		AUTOLEGISLAÇÃO	AUTOADMINISTRAÇÃO
UNIÃO					
ESTADOS					
DF					
MUNICÍPIOS					



# VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS



*estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;*



*recusar fé aos documentos públicos;*



*criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.*

# ESTADOS

## ❖ REQUISITOS

# MUNICÍPIOS

## ❖ REQUISITOS

# CRIAÇÃO, FUSÃO, INCORPORAÇÃO E DESMEMBRAMENTO

## ESTADOS

- PLEBISCITO
- LEI COMPLEMENTAR

## MUNICÍPIOS

- LEI COMPLEMENTAR FEDERAL – PERÍODO
- ESTUDO DE VIABILIDADE MUNICIPAL
- PLEBISCITO
- LEI ESTADUAL

# TERRITÓRIOS FEDERAIS

## (FGV/2010- PC-AP)

Relativamente à organização do Estado, assinale a afirmativa incorreta.

- A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.
- B) A autonomia federativa assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, autorizar ou proibir seu funcionamento, na forma da lei.
- C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

## (FGV/2010- PC-AP)

D) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

E) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.



# (AOC/2019- PC-ES)

De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta acerca da Organização Político-Administrativa do Estado.

- A) Os Territórios Federais integram a União e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.
- B) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

# (AOC/2019- PC-ES)

- C) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por Lei Ordinária.
- D) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação das Assembleias Legislativas dos Estados diretamente interessados e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
- E) São considerados como bens dos Estados da Federação os recursos minerais, inclusive os do subsolo.



# (AOCP/2019)

No Brasil, o(s) único(s) ente(s) federativo(s) que NÃO possui/em competência judiciária é/são:

- A) a União.
- B) os Estados.
- C) o Poder Legislativo.
- D) os Municípios.
- E) o Distrito Federal.



# (AOCP/2018)

Assinale a alternativa correta de acordo com o que estabelece a Constituição Federal de 1988 acerca da organização do Estado brasileiro.

- A) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.
- B) Pertence aos Estados o mar territorial, nos limites de suas fronteiras.
- C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos
- D) Compete privativamente aos Estados legislar sobre trânsito e transporte.
- E) São bens dos Municípios os recursos minerais, inclusive os do subsolo.



# (AOCF/2018)

Em relação à organização do Estado assinale a alternativa correta.

- A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- B) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas à União.
- C) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Executivo Estadual.
- D) Qualquer Município do Brasil pode criar seu próprio Tribunal de Contas.
- E) Os territórios não poderão ser divididos em municípios.



# (AOC/2018)

Em relação à Organização do Estado, disciplinada na Constituição da República, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- B) Os Territórios Federais integram a União.
- C) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- D) Brasília é a Capital Federal.
- E) É permitido que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabeleçam cultos religiosos e igrejas, podendo subvencioná-los.



# REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS







# ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

## COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS DA UNIÃO – CAPACETE DE PM

C= civil

A= agrário

P= penal

A= aeronáutico

C= comercial

E= eleitoral

T= trabalho

E= espacial

DE = Desapropriação

P= processual

M= marítimo

## COMPETÊNCIA CONCORRENTE – PUTO FE

P - Penitenciário

U – Urbanístico

T – Tributário

O - Orçamentário

F - Financeiro

E – Econômico

## (FGV/2021- PC-RN)

A Constituição do Estado Alfa, com o objetivo de uniformizar a forma de organização e prestação do serviço público de transporte coletivo municipal, estabeleceu os requisitos a serem observados pelos Municípios na sua exploração, direta ou indireta. Considerando a divisão constitucional de competências, é correto afirmar que a Constituição do Estado Alfa:

- A) pode disciplinar a matéria, mas suas normas só são vinculantes para os Municípios integrantes do pacto estadual;
- B) pode apenas estabelecer as normas gerais sobre a matéria, que deve ser objeto de detalhamento por cada Município;

# (FGV/2021- PC-RN)

- C) pode disciplinar a matéria, pois tem função uniformizadora e os Municípios estão sujeitos às suas normas;
- D) somente pode disciplinar a matéria caso a União tenha editado lei complementar delegando essa competência;
- E) não pode disciplinar a matéria, por ser de competência legislativa dos Municípios.



# (FGV/2012- PC-MA)

A respeito da organização político-administrativa da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, assinale a afirmativa incorreta:

- A) Compete à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros do Distrito Federal.
- B) Os Municípios podem explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado e podem, inclusive, regulamentar a matéria por meio de medida provisória.
- C) Os Municípios brasileiros regem-se por suas respectivas leis orgânicas.
- D) Compete à União executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- E) É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios combater as causas da pobreza e os fatores da marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.



# (FGV/2018)

Em matéria de organização político-administrativa dos entes federativos, a Constituição da República de 1988 estabelece que compete aos Municípios:

- A) cuidar privativamente da saúde e assistência pública, da proteção e garantia dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, e legislar sobre seguridade social;
- B) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- C) editar legislação concorrentemente com os Estados sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- D) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão, com prévia participação da sociedade civil;



# (AOCF/2017)

De acordo com o disposto no artigo 22 da Constituição Federal de 1988, cabe privativamente à União

- A) legislar sobre trânsito e transporte.
- B) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- C) preservar as florestas, a fauna e a flora.
- D) promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
- E) registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.



# (AOCF/2019)

De acordo com a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- A) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- B) sistemas de consórcios e sorteios.
- C) sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais.
- D) educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- E) populações indígenas.



# (AOCF/2019)

De acordo com a Constituição Federal, compete **PRIVATIVAMENTE** à União legislar sobre

- A) direito tributário.
- B) caça e pesca.
- C) previdência social.
- D) desapropriação.
- E) proteção à infância e à juventude.



# OBRIGADA!



@adrianefauth



Prof. Adriane



Fauth  
@FauthAdriane



Adriane Fauth



Prof. Adriane Fauth



# PODER EXECUTIVO

Prof. Adriane Fauth

# ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

- ❑ Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:  
XXVII - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

# CHEFE DA ADMINISTRAÇÃO

I - nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

XXV - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

# PROCESSO LEGISLATIVO

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

XXVI - editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;







# DECRETOS

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

VI - dispor, mediante decreto, sobre:

- a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;
- b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;





# SEGURANÇA INTERNA E ORDEM

IX - decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

X - decretar e executar a intervenção federal;

XVIII - convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XIII - exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;



# INDULTO E PENAS

XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

# NOMEAÇÃO

XIV - nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;

XV - nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

XVI - nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

XVII - nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;



# ATUAÇÃO COM O CONGRESSO

XI - remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XXIII - enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

# CHEFE DE ESTADO

VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

# CHEFE DE ESTADO

XX - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI - conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

# COMPETÊNCIAS DELEGÁVEIS

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

- a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;
- b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; [L] [SEP]

XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

XXV - prover os cargos públicos federais, na forma da lei.

# DELEGATÁRIOS

# (AOC/2019 – PCES)

Dentre outras, é/são atribuição(ões) privativa(s) do Presidente da República, segundo as disposições constitucionais,

A) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

B) requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

C) prover, na forma prevista na Constituição Federal, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição.

D) realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.

E) nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.



# (AOCP/2019 – PCES)

Compete privativamente ao Presidente da República

A) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

B) nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e o Advogado-Geral da União.

C) nomear, sem a necessidade de participação do Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.

D) nomear e exonerar, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros de Estado.

E) exercer, com o auxílio dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, a direção superior da administração federal.



# MINISTROS DE ESTADO

*Art. 87. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.*

# MINISTROS DE ESTADO

*Parágrafo único. Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:*

*I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República;*

# MINISTROS DE ESTADO

*II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;*

*III - apresentar ao Presidente da República relatório **anual** de sua gestão no Ministério;*

*IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.*

# MINISTROS DE ESTADO

## □ COMPETÊNCIAS DELEGÁVEIS DO PR:

*VI – dispor, mediante decreto, sobre:*

*a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;*

*b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;*

*XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;*

*XXV - **PROVER** e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;*

# MINISTROS DE ESTADO

*Art. 88. A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública*

Supondo que o Presidente da República decida nomear como novo Ministro de Defesa FULANO DE TAL, é correto afirmar que referido Ministro

A) deverá possuir no mínimo 18 anos de idade, podendo ser brasileiro nato ou naturalizado, no gozo de seus direitos políticos.

B) obrigatoriamente, deverá possuir mais de 21 anos de idade e ser exclusivamente brasileiro nato, no gozo de seus direitos políticos.

C) uma vez nomeado, caso pratique crime de responsabilidade juntamente com o Presidente da República, será julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

D) deverá contar no máximo 30 anos de idade, podendo ser brasileiro nato ou naturalizado, no gozo dos seus direitos políticos.

E) tendo preenchido os requisitos constitucionais para sua nomeação e assumido o cargo, caso pratique infração penal comum, será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.





# OBRIGADA!



@adrianefauth



Profa. Adriane



Fauth

@FauthAdriane



Adriane Fauth



Prof. Adriane Fauth



**Estratégia**  
Concursos